

Parecer Técnico IEF/AFLOBIO FORMIGA nº. 11/2025

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2025.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome:Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda.	CPF/CNPJ:20.772.380/0002-70
Endereço:Fazenda Barra Limpa	Bairro:Zona Rural
Município:Bom Despacho	UF:MG
Telefone:(37) 3271-2523; (37) 988060189	E-mail:ambiental.mnspilar@gmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para o item 3 (x) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:Geraldo Queiroz Cançado Neto e outro	CPF/CNPJ:764.626.846-15
Endereço:Rua Bernardo Guimarães, 2032 - 1307	Bairro:Lourdes
Município:Belo Horizonte	UF:MG
Telefone:(37) 3271-2523	E-mail:ambiental.mnspilar@gmail.com

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação:Fazenda Cabaceiras	Área Total (ha):148,09 ha
Registro nº (se houver mais de um, citar todos):43.181	Município/UF:MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3107406-F5F0.B3FD.80C0.449C.A99A.5A60.687E.629B	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,35	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0000	ha	23k	489244.22 m E	7825780.73 m S

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	Mineração	0,0000

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado			0,0000

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Não há			0,0000

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 06/08/2025

Data da vistoria: 26/09/2025

Data de solicitação de informações complementares: Não houve

Data de emissão do parecer técnico: 10/10/2025

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em uma área com 0,3500 há, na fazenda Cabaceiras, matrícula 43.181, localizada no município de Bom Despacho/ MG.

O pedido de intervenção visa a extração de areia no leito do rio Lambari.

Código Atividade Principal	Descrição da atividade	Parâmetro	Quantidade	Unidade
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	Produção Bruta	30.000	m³/ano
A-02-07-0	Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	Produção Bruta	25.000	ton/ano

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Fazenda Cabaceiras, matrículas 43.181

Município de Bom Despacho

Área do imóvel de 148,09 ha com 4,23 módulos fiscais.

O município de Bom Despacho possui 13,85 % da sua área com vegetação nativa, composta de campos, cerrado, áreas de transição e florestas.

A propriedade encontra-se no Bioma Cerrado

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3107406-F5F0.B3FD.80C0.449C.A99A.5A60.687E.629B

- Área total: 148,0993 ha

- Área de servidão: 0,0000 ha

- Área líquida do imóvel: 148,0993 ha

- Área de reserva legal: 30,3008 ha

- Área de preservação permanente: 19,6544 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 0,0000 ha

- Área remanescente de vegetação nativa: 0,0000 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 30,3008 ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

A reserva legal do imóvel como foi demarcada não atende a legislação vigente.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

A reserva legal foi demarcada em 3 fragmentos de vegetação nativa com características de cerrado, florestas de transição e florestas estacionais.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR não correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal não estão de acordo com a legislação vigente - Lei nº 20.922/ 2013 e artigo 88 do decreto 47.749/2019.

Erros do Cadastro Ambiental Rural

- Não foi demarcado a APP das lagoas naturais marginais (meandros abandonados)

- Não foi demarcado a área de uso consolidado

- Não foi demarcado o remanescente de vegetação nativa (toda a área de vegetação nativa do imóvel deveria ter sido demarcada)

- Reserva legal computou APP's mesmo com fragmentos de vegetação nativa fora da APP

Do processo de intervenção ambiental 2100.01.0044745/2024-23

A empresa, Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda, protocolou recentemente, em 28/04/2024, o processo 2100.01.0044745/2024-23, solicitando a intervenção em APP em 0,7400 ha na fazenda Cabaceiras, matrícula 43.181 (alvo desse processo), para exploração mineral.

O parecer técnico do processo 2100.01.0044745/2024-23 relatou os erros do CAR: "O CAR apresentado não está de maneira adequada, pois não foram declarados de forma correta os remanescentes de vegetação nativa, as áreas consolidadas, as áreas de APPs. Embora o mesmo possa fazer o uso do compute em APP na área de reserva legal (apps das lagoas), existem fragmentos de vegetação nativa fora da APP e não declarados que deveriam preferencialmente compor a RL do imóvel, como será explicado no parecer a seguir"

Isso significa que a empresa estava ciente dos erros no CAR e, mesmo assim, manteve o CAR de forma errada e protocolou um novo processo, o que é no mínimo estranho.

Sendo assim o CAR não está de acordo com a legislação e a empresa já estava ciente dos fatos.

OBS: Na continuação do parecer haverá mais informações sobre o processo 2100.01.0044745/2024-23

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em uma área com 0,3500 ha.

4.1 Projeto técnico da intervenção em APP informa que:

"O empreendimento realiza a extração para utilização imediata na construção civil das substâncias argila e areia, através dos métodos de lavra em bancadas sucessivas de alturas variáveis (argila e areia) e dragagem em cava aluvionar e no leito do rio para fins de extração mineral (areia). Por isso, o empreendimento Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda solicitará a ampliação das atividades licenciadas na licença nº 3250/2021. Posto isto, para a extração da areia a úmido, será utilizado o método de dragagem em cava aluvionar (dragagem em cava submersa) para fins de extração mineral de areia, onde uma moto bomba draga a sucção e recalque, bombeia a mistura de areia e água submersa, denominada polpa, através de tubulações, até a peneira e ao porto (ou caixote). O porto situa-se no entorno da cava e sua localização vai modificando a medida que a cava for avançando. A água drenada no processo de sedimentação flui de volta para a cava de onde foi bombeada através de uma trincheira (para evitar erosões e manter a estabilidade da cava), e a areia, utilizando uma pá carregadeira, é carregada direto nos caminhões dos clientes e transportada diretamente para o destino final (transporte realizado pelos clientes). É um ciclo fechado, que não possui interferência com outros recursos hídricos, e no final do processo irá formar um lago artificial (circuito fechado). A localização da balsa (draga), peneira e porto vão se modificando à medida que a cava for avançando. A profundidade do depósito de areia a

úmido varia ao longo da área de extração, estima-se em média cerca de 4 metros até atingir o "impenetrável" (pedregulhos, matacões ou rochas). Para dragagem em curso d'água, que será realizada no rio Lambari, será utilizado uma balsa com uma bomba draga a sucção e recalque que bombeará a mistura de água e areia diretamente para o porto localizado na Fazenda Cabaceiras. A produção projetada para este empreendimento é de 30.000 m³/ano de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, sendo dividida em extração de 15.000 m³/ano por dragagem em curso d'água (Portaria nº. 1204798/2024) e 15.000 m³/ano por dragagem em cava (Portaria nº 1203393/2020 e Portaria nº 1206201/2022). Para a operação do projeto, objeto deste licenciamento, uma área de 0,53 ha será necessária para a implantação de diversas estruturas que compõem o sistema de extração de areia por dragagem em curso d'água, como portos, tubulações e acessos (Figura 4).



"A área necessária para instalação do empreendimento, compreende as áreas de porto, bacia de decantação, áreas para tubulação, acesso da draga ao rio e acessos internos. Para a movimentação dentro do empreendimento, será necessária a construção de acessos internos, a qual não intervirá em APP e nem ocasionará supressão de vegetação. A instalação das demais estruturas também não ocasionará supressão de vegetação, uma vez que foram escolhidos locais sem vegetação para passagem da draga e tubulação, ainda que em alguns casos a tubulação passe dentro de fragmentos de vegetação, ela passará por entre os indivíduos arbóreos e, portanto, dispensando qualquer tipo de supressão no local. Para melhor aproveitamento dos bens minerais, prevê-se para este empreendimento a abertura de um porto e demais estruturas, utilizando-se sempre de áreas desprovidas de vegetação. Estas áreas são quantificadas conforme o quadro a seguir"

4.2_ Alternativa locacional

"O empreendimento realiza a extração para utilização imediata na construção civil das substâncias argila e areia, através dos métodos de lavra em bancadas sucessivas de alturas variáveis (argila e areia) e dragagem em cava aluvionar e no leito do rio para fins de extração mineral (areia). Por isso, o empreendimento Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda solicitará a ampliação das atividades licenciadas na licença nº 3250/2021."

O estudo de alternativa locacional informa que existe rigidez locacional, mas apresentou 4 áreas distintas dentro do imóvel e ao final determina que a área 3 é a melhor opção possível dentro do imóvel: "A área escolhida para a alternativa locacional 3 perfaz 0,53 ha e encontra-se situada em pastagem com alguns indivíduos isolados. Uma pequena parte dessa área passa pela vegetação ripária existente no local, que é mais estreita que em outros pontos da propriedade, para a passagem da tubulação e, para isso, não necessita de supressão de vegetação. Além disso, essa opção possui acesso existente e pronto para uso na área da pastagem".

Taxa de Expediente: A taxa de expediente no valor de R\$ 851,77 referente a intervenção em APP foi paga no dia 31/07/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Não há

5.DAS EVENTUAIS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Média na maioria
- Prioridade para conservação da avifauna: Muito alta
- Vulnerabilidade do solo: Alta
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Não está inserida
- Unidade de conservação: Não está inserida
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não está inserida
- Área inserida no Bioma Mata Atlântica: Não está inserida e a área solicitada para supressão/ regularização apresenta características de floresta de transição

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

-Atividades a serem desenvolvidas:

A-03-01-8 Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil

A-02-07-0 Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento

- Classe do empreendimento: 3-

- Critério locacional - 0

Modalidade de licenciamento: LAS/ RAS

5.3 Vistoria realizada:

- A vistoria foi realizada no dia 26 de Setembro de 2025.
- A vistoria foi acompanhada pela consultora ambiental Aline Maria de Souza CPF 08305979644.
- A fazenda não possui áreas subutilizadas.

5.4 Características físicas:

- Topografia: Relevo plano na sua maioria e levemente inclinado nas áreas mais altas– áreas de várzeas alagáveis com as cheias do rio Lambari
- Solo: Possui solo do tipo latossolo nas partes mais altas e arenosos nas várzeas
- Hidrografia: No CAR foi informado de forma equivocada 19,6544 ha de APP, sendo pertencente a bacia hidrográfica do Rio São Francisco inserida na UPGRH SF1 alto Rio São Francisco.

5.5 Características biológicas:

- Vegetação: Bioma Mata Cerrado; fitofisionomia da vegetação de áreas de cerrado, transição e florestas estacionais nas áreas próximas as APP's; foi observado a presença de espécies protegidas como ipê.

- Fauna: Durante a vistoria foi observado a presença de aves diversas como pássaros, siriemas e gaviões, não sendo constatado a presença de animais ameaçados de extinção;

OBS: A fauna da região é típica do bioma com a presença marcante de tatus, micos e macacos de pequeno e médio porte, paca, capivaras, jacus, cobras e demais animais comuns na região.

6. DO PROCESSO 2100.01.0044745/2024-23

Solicitava a intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP EM 00,7400 Ha. Conforme parecer técnico houve o indeferimento por causas diversas e também por intervenções irregulares com supressão da vegetação nativa no processo, sendo lavrado o devido auto de fiscalização nº 153591/2025 e o auto de infração nº 201650/2025. A autuação foi feita por suprimir vegetação nativa em área comum com 2,1500 ha e em área de APP em 0,6000 ha e as atividades nos locais da intervenção foram embargadas até a regularização ou apresentação de projeto de recuperação de vegetação nativa. A autuação foi feita no nome de um dos proprietários do imóvel, o Sr. Tales Roberto Gontijo de Queiroz. O parecer ainda faz a menção que a área intervida em área comum com 2,1500 ha é a reserva legal do imóvel e deveria ser recuperada.

7.ANÁLISE TÉCNICA

A análise técnica será dividida em vários pontos

7.1_ Do CAR (cadastro ambiental rural)

Conforme informado no tópico 3 desse parecer o CAR foi cadastrado de forma errada, sendo: Não foi demarcado a APP das lagoas naturais marginais (meandros abandonados); Não foi demarcado a área de uso consolidado; Não foi demarcado o remanescente de vegetação nativa (toda a área de vegetação nativa do imóvel deveria ter sido demarcada); Reserva legal computou APP's mesmo com fragmentos de vegetação nativa fora da APP O CAR não está de acordo com a legislação vigente e o proprietário já sabia disso e, mesmo assim, não regularizou as informações do CAR para protocolar um novo processo.

7.2_ Do processo 2100.01.0044745/2024-23 protocolado em 28/04/2024

Solicitou a mesma área para intervenção em APP que o processo atual Também teve o CAR não validado e, mesmo o empreendedor sabendo disso, protocolou um novo processo com os mesmos erros. Foi autuado por intervir na APP do rio Lambari e também por suprimir vegetação nativa em área comum que deveria ser a reserva legal do imóvel e, não informou essa situação no novo processo. O processo foi indeferido e não houve pedido de regularização das intervenções.

7.3_ Das autuações e embargo da área

Não foi solicitado, no atual processo, o pedido de regularização das intervenções, tão pouco houve a recuperação das áreas. Constatou-se que as áreas autuadas continuam sofrendo a intervenção por animais/ gado sendo desrespeitado o embargo da área. De acordo com o decreto 47.749/2019: Art. 38. É vedada a autorização para uso alternativo do solo nos seguintes casos:

I - em imóvel no qual tenha ocorrido supressão de vegetação nativa não autorizada em APP, realizada após 22 de julho de 2008, sem que o infrator tenha cumprido a obrigação de promover a recomposição da vegetação ou buscado sua regularização; Não houve a regularização nem a recuperação das áreas o que inviabiliza qualquer nova autorização.

7.4_ Do licenciamento ambiental

Foi informado que as atividades a serem desenvolvidas A-03-01-8 Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e A-02-07-0 Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento possuíam classe do empreendimento categoria 3 e critério locacional 0, o que enquadraria na modalidade de licenciamento LAS/ RAS.

Em uma nova análise feita por esse técnico no FCE eletrônico simulador, pode-se verificar que a não regularização nem a recuperação da área autuada eleva o critério locacional para 1 e com isso o licenciamento ambiental aumenta uma categoria sendo LAC 1. Print anexado abaixo:

MÓDULO 4. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES					
1. Dados das atividades do empreendimento					
Código Atividade	Descrição da atividade	Parâmetro	Quantidade	Unidade	Classe
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	Produção bruta	300000,000	m³/ano	3
		-	-	-	
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	Produção bruta	2500000,000	t/ano	3
		-	-	-	
	Selecionar código	-	-	-	-
		-	-	-	
	Selecionar código	-	-	-	-
		-	-	-	
	Selecionar código	-	-	-	-
		-	-	-	
Classe predominante resultante		3			
Fator locacional resultante		1			
Modalidade inicial		LACS			

Se a licença fosse emitida somente para a fazenda Cabaceiras ela teria que ser feita por meio do licenciamento ambiental concomitante em uma fase 1 (LAC 1), porém além da questão da autuação há de se relatar que a solicitação visa a ampliação das atividades licenciadas na licença nº 3250/2021.

7.5_ Da licença 3250/2021

A licença emitida na categoria LAS/ RAS autorizou a empresa Mineração Nossa Senhora do Pilar para as atividades A-03-01-8: Extração de areia e cascalho com utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 30.000,00 m³/ano, A-02-07-0: Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, com produção bruta de 15.000,00 ton/ano. Acontece que a licença 3250/2021 foi emitida para a Fazenda Barra Limpa que faz divisa/ confrontação com fazenda Cabaceiras (alvo desse processo). Como são propriedades que fazem confrontação e nelas será feita a exploração mineral por lavra a céu aberto e extração de cascalho e areia pela mesma empresa, há de se considerar a quantidade total de minerais a serem explorados pela empresa o que aumentaria a classe do licenciamento para LAC 2. Print anexado abaixo:

MÓDULO 4. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES					
1. Dados das atividades do empreendimento					
Código Atividade	Descrição da atividade	Parâmetro	Quantidade	Unidade	Classe
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização mediana na construção civil	Produção bruta	600000,000	m³/ano	4
		-	-	-	
A-02-07-0	Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento	Produção bruta	40000,000	t/ano	2
		-	-	-	
	Selecionar código	-	-	-	-
	Selecionar código	-	-	-	-
	Selecionar código	-	-	-	-
	Selecionar código	-	-	-	-
Classe predominante resultante		4			
Fator locacional resultante		1			
Modalidade inicial		LAC2			

Então, a ampliação das atividades licenciadas na licença nº 3250/2021 pela empresa Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda para a fazenda Cabaceiras só é possível se for feita por meio de um processo de licenciamento ambiental concomitante em duas fases (LAC 2)

7.6_ Da alternativa técnica locacional

Foi apresentado um projeto com 4 propostas em locais distintos, todas elas com intervenção em APP, tanto da área que seria para passagem das tubulações quando da área do porto.

Em vistoria constatou-se que não há nenhum empecilho técnico para que a área dos portos (depósitos de areia) fique fora da APP.

A questão da alternativa técnica locacional não deve se justificar somente pela melhor opção entre as 4 alternativas propostas no projeto.

A alternativa técnica locacional diz questão, principalmente, a alternativa de não se intervir na APP caso haja local fora da APP para as atividades.

Nesse caso então seria totalmente viável a instalação dos portos fora da APP (fora dos 50 metros) e somente ser autorizado em APP o que realmente não teria alternativa locacional para o tipo de atividade.

Sendo assim há alternativa técnica locacional para que os portos fiquem fora da APP, não sendo passível a intervenção em APP.

Diante dos fatos relatados acima conclui-se que a intervenção em APP em 0,3500 ha não é passível de aprovação

8.CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

Todos os processos de corte de árvores isoladas;

Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;

Aproveitamento de material lenhoso.

9.CONCLUSÃO

Após análise técnica e considerando a legislação vigente, opinamos pelo INDEFERIMENTO do requerimento de supressão da vegetação nativa em 0,03500 ha localizada na fazenda Cabaceiras, matrículas 43.181, conforme itens da análise técnica descritos no tópico 7 desse parecer.

OBS: As áreas autuadas devem ser recuperadas - condicionante imposta

OBS: A autorização para atividade de mineração por parte da empresa Mineração Nossa Senhora do Pilar Ltda na fazenda Cabaceiras deve ser por meio do licenciamento ambiental concomitante (LAC 1 ou LAC2).

10.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não há, pois não houve autorização.

Há de se relatar que a proposta de compensação apresentada foi feita em outro imóvel, o que não se justificaria, pois há muitas áreas de APP a recuperar no imóvel em questão.

11.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não há

12.CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Retificar o CAR – demarcar as áreas de forma correta Apresentar PTRF – Projeto técnico de reconstituição da flora das áreas autuadas – Cercar a área e conduzir a regeneração/ Não permitir a entrada de gado/ animais no local	Até 30 dias após a finalização do processo
2		Até 30 dias após a finalização do processo

Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.



Documento assinado eletronicamente por **Saulo de Almeida Faria**, Servidor Público, em 14/10/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **125082333** e o código CRC **288D8DAF**.

